

APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça tem o prazer de apresentar o quinto número de sua Revista Eletrônica. Nesses cinco anos, foram publicados diversos artigos representativos e inéditos sobre temas que buscam promover o aperfeiçoamento dos serviços jurisdicionais prestados à população pelo Poder Judiciário.

Em 2021, um ano de desafios para o Brasil e para o mundo, a valorização de pensamento e métodos científicos se mostrou ainda mais importante e crucial para moldarmos um futuro próspero e de esperança para as próximas gerações. “A ciência não é uma escolha. É uma necessidade”, como afirma Marcelo Gleiser¹.

É nesse contexto que a Revista Eletrônica do CNJ se consolida no cenário nacional como expoente da informação jurídica. Seguindo os critérios do Sistema Qualis-Periódicos da CAPES, a Revista proporciona aos seus leitores informação confiável e atual.

Atenta aos assuntos mais relevantes que permeiam a sociedade e em respeito à história, a Revista Eletrônica do CNJ alberga artigos inovadores, respeitando o ineditismo, que é exigido de seus articulistas. O periódico, ferramenta formadora da história, conta com a colaboração de pareceristas de excelência que contribuem com seus conhecimentos e experiências, de forma a selecionar artigos representativos para o âmbito jurídico.

Nesta edição, a Revista seguirá a temática dos cinco eixos de gestão do Ministro Luiz Fux, a saber: proteção dos direitos humanos e do meio ambiente; garantia da segurança jurídica conducente à otimização do ambiente de negócios no Brasil; combate à corrupção, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a consequente recuperação de ativos; incentivo ao acesso à Justiça digital; e fortalecimento da vocação constitucional do Supremo Tribunal Federal.

Fomentar o debate sobre essas temáticas incentiva a criação de soluções inovadoras e de abordagens criativas para os serviços jurisdicionais prestados à população brasileira. Além de cumprir a importante missão de aproximar o Poder Judiciário e a Academia.

Agradecemos, portanto, a todos os articulistas desta edição pela disponibilidade em nos brindar com suas reflexões e conhecimento e a todos os pareceristas que contribuiram, voluntariamente, com esta publicação.

Nesta edição são apresentadas reflexões sobre: Plataforma Digital do Poder Judiciário; capacitação de magistrados e colaboradores em métodos alternativos de solução de conflitos; processo de desburocratização no CNJ; cobrança do IRRF nos contratos de prestação de serviços oriundos do exterior; Plano de Logística Sustentável na Seção Judiciária do Maranhão; direito à privacidade e governança de dados; desenvolvimento sustentável, agenda 2030 e atuação do CNJ para redução da desigualdade de gênero; análise do impacto do *home office* nos Planos de Logística Sustentável; relatório Justiça em Números e o TJMS; sistema de controle de acesso ao TJDF por meio de técnicas de reconhecimento facial; força normativa, teoria especular e imperativo constitucional; acesso à Justiça na era digital; central de vagas no sistema socioeducativo; mediação na disputa de guarda; e um estudo de caso do Presídio Central de Porto Alegre na perspectiva de danos ambientais.

Agradecemos, em especial, aos Conselheiros deste Egrégio Conselho pela valiosa contribuição à seção de jurisprudência da Revista Eletrônica do CNJ: Conselheiro André Godinho, Ministro Emmanoel Pereira, Conselheira Flávia Pessoa, Ministra Maria Thereza de Assis Moura e Conselheiro Mário Guerreiro.

Finalizo esta apresentação com a reflexão de Hans Kelsen, grande estudioso da Justiça e do Direito como ciência, “o anseio por justiça é o anseio eterno dos homens por felicidade”². Cabe, portanto, a todos os órgãos, magistrados e servidores do Poder Judiciário a missão de aprimorar cada vez mais a Justiça brasileira.

Desejo boa leitura a todos.

MARCUS LIVIO GOMES

Editor-chefe da Revista Eletrônica do CNJ

¹ GLEISER, Marcelo. O papel da ciência em meio à pandemia de coronavírus. [Entrevista cedida a] Cristiane Bomfim. Agência Einstein, 19 de agosto de 2020.

² KELSEN, Hans. O que é Justiça?. São Paulo: Martins Fontes, 2001.